

Setor público terá prioridade na conversão

BRASÍLIA — A redução do endividamento do setor público é uma das prioridades do projeto de conversão da dívida externa brasileira em investimentos que se encontra em fase de conclusão no Governo. O Diretor da área Externa do Banco Central, Carlos Eduardo de Freitas, um dos principais formuladores da proposta, estima em US\$ 22 bilhões (CZ\$ 1,1 trilhão) o volume de depósitos relativos à dívida externa do setor público registrado no Banco Central e que poderia ser objeto de conversão em investimentos, tanto para aplicação no próprio setor público como na área privada.

Com esse mecanismo, seria possível colaborar para o saneamento das finanças públicas, minimizando, conseqüentemente, o déficit público do País. Os depósitos no Banco Central

que se referem à rolagem das parcelas principais do endividamento público, a partir de 1983 até este ano, representam, segundo o Diretor, quase a metade do endividamento externo desse setor.

Carlos Eduardo de Freitas chama a atenção, entretanto, para as limitações existentes nesse processo de conversão da dívida externa do setor público. No caso de transformação em investimentos para aplicação no setor privado, as restrições ocorrem em função da política monetária, que submeteria a moeda a limites moderados de expansão, sob pena de exarcebamento do processo inflacionário. Quando se tratar de conversão da dívida externa do setor público para investimento na própria área pública, o que se teme é o desinteresse dos investidores externos, inclusive

porque não poderá ser adicionado qualquer investimento novo, por parte do setor público, aos recursos convertidos.

Na verdade, justifica Carlos Eduardo, a conversão em investimento do principal da dívida significa pagamento efetivo dos débitos, daí porque não se pode imaginar um ritmo acelerado para o volume de conversões, que equivaleria, na prática, a amortizar rapidamente o endividamento externo do País.

É o que sustenta a sua previsão de que, no caso brasileiro, o instrumento de conversão da dívida em investimento será necessariamente de alcance reduzido, sem o impacto e a dimensão prevista nos debates que vêm sendo realizados sobre o assunto.

— As pessoas vão se surpreender

com as limitações para a conversão — afirmou Carlos Eduardo.

● **PREVISÕES** — O Brasil, país mais desenvolvido da América do Sul e a oitava economia mundial, tem atualmente uma perspectiva econômica escura, a curto prazo, segundo previsões de um relatório do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), divulgado ontem na Capital americana, sede do Banco. O documento observa que até meados de abril último o Governo brasileiro não dispunha de um programa para manter um índice de crescimento satisfatório junto com o combate à inflação e a estabilização da economia. O Banco Interamericano de Desenvolvimento afirma que estes objetivos brasileiros se complicaram com a moratória da dívida externa anunciada pelo Governo do Brasil. O aspecto mais positivo para as perspectivas brasileiras para 1987, assinala o documento do BID, está nas estimativas da safra de cereais, que pode chegar a 66 milhões de toneladas, um cifra sem precedentes, o que pode aliviar as pressões sobre os preços e sobre a balança comercial do País.